

“Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti¹

Jorge Eremites de Oliveira²

Levi Marques Pereira²

Resumo: *“Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti.*

Neste artigo os autores analisam a participação dos índios Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), suas conseqüências no processo de desterritorialização e reterritorialização do grupo e suas significações no contexto do movimento pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, localizada em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul. As pesquisas realizadas fizeram parte de uma perícia judicial de natureza antropológica, arqueológica e histórica. Os autores concluíram que após a guerra e com o advento da República (1889), o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso. Este, por sua vez, apoderando-se delas e desconsiderando a legislação em vigor, declarou-as como terras devolutas para depois as repassar a terceiros, os quais promoveram esbulho contra comunidades indígenas com o apoio de agentes do governo. Ao analisar essa situação, uma liderança de 85 anos argumentou que os Terena receberam do Governo Imperial apenas três botinas por lutarem ao lado do exército brasileiro contra as tropas paraguaias: "Duas no pé e uma na bunda".

Palavras-Chave: Guerra do Paraguai, História Indígena, Terena, Territorialização.

Abstract: *“Two for the feet and one for the buttocks”: The participation of the Terena in the war between Paraguay and the Triple Alliance, the fight for the territorial expansion of the Buriti Indigenous lands.* In this paper the authors analyze the

¹ Trabalho realizado a partir de uma perícia produzida para a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande (Autos nº 2001.60.00.003866-3). Para este artigo foram incorporados ainda dados provenientes de projetos de pesquisa que contam com apoio financeiro da FUNDECT e do CNPq.

² Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Laboratório de Arqueologia, Etnologia e História Indígena. Endereço: Caixa Postal 322; Dourados-MS; BRASIL; CEP 79.825-070. E-mails: eremites@ufgd.edu.br e levi@ufgd.edu.br.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

participation of the Terena indigenous people in the war between Paraguay and the Triple Alliance (1864-1870), its consequences in the process of de-territorialization and re-territorialization of the group and its meanings in the context of the movement for the expansion of the borders of the Buriti Indigenous Lands, located in Sidrolândia and Dois Irmãos do Buriti, in Mato Grosso do Sul. This research is part of a legal anthropology-archaeology and historically-based investigation. The authors concluded that after the war, and with the origins of the Republic in 1889, the central government transferred indigenous lands without legal titles to the Matto Grosso state. Once Matto Grosso appropriated them, they declared them vacant lands, to finally pass them to third parties without considering existing legal aspects. Later these third parties promoted the dispossession of the Terena with the support of government agents. When analyzing this situation, a 85 year leader argued that the Terena only received from the Imperial Government three ankle-boots for their fighting with the Brazilian army against the Paraguayan troops. “Two for the feet and one for the buttocks”³.

Keywords: War of Paraguay, Indigenous History, Terena Indians, Territorialization.

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), chamada no Brasil de “Guerra do Paraguai”, e no Paraguai de “Guerra Grande”, “Guerra del 70” e “Guerra de la Triple Alianza”, tem sido apontada por muitos historiadores como o mais sangrento conflito bélico ocorrido nas Américas. Ela também é tradicionalmente vista como um divisor de águas na história platina, não apenas na trajetória de estados-nações como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também no processo histórico e sociocultural de povos indígenas como os Guarani ou Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kaiowá, Payaguá, Terena e outros.

Apesar da magnitude do evento histórico, existem poucas publicações que analisam a participação indígena nessa luta armada, em especial no que se refere aos estudos sobre os contatos interétnicos e as mudanças socioculturais que a partir daí se processaram nos grupos étnicos direta ou indiretamente envolvidos na guerra. Dos poucos estudos existentes constam alguns ensaios apresentados durante o XXIII Simpósio Nacional de História, evento este que foi realizado na região Sul do Brasil, na cidade de Londrina,

³ Tradução de Martin Giesso.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Paraná, em julho de 2005 (Anais..., 2005). Na ocasião uma versão preliminar e resumida do presente artigo foi publicada nos anais eletrônicos daquele evento científico.

A respeito dos indígenas que atuaram diretamente na guerra, há registros textuais de que do lado paraguaio alguns segmentos da população Payaguá e de outros grupos somaram-se às tropas de Solano Lopes. Do lado brasileiro, por sua vez, também há registros dessa natureza sobre a participação de segmentos das populações Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Terena que apoiaram o exército imperial na luta contra as tropas paraguaias que invadiram o sul da antiga província de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar de ter sido marcante a participação indígena no conflito, no pós-guerra, contudo, territórios indígenas foram “objetos de cobiça e exploração” durante o avanço das frentes econômicas de ocupação das sociedades nacionais, conforme Melià (2004) muito bem avaliou para o caso dos Guarani ou Ñandeva, Kaiowá e Mbyá. Na verdade, após o término da guerra tanto o Brasil quanto o Paraguai trataram de estimular e apoiar o avanço dessas frentes nas áreas de fronteira. Esta foi uma das estratégias recorridas para aumentar a ocupação não-indígena e melhor proteger os territórios nacionais em regiões tidas como vulneráveis a eventuais invasões estrangeiras no cenário geopolítico platino. No entanto, desde tempos imemoriais que essas áreas estavam sendo ocupadas por vários povos indígenas, cujos territórios não raramente abrangiam as melhores terras para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária⁴.

Para o caso específico dos Terena, foco maior deste artigo, a historiografia aponta que no pós-guerra eles passaram por um acelerado processo de desterritorialização, haja vista que perderam grande parte do espaço físico ocupado por suas aldeias para os fazendeiros que passaram a se estabelecer na região.

Feitas essas considerações iniciais, cumpre dizer que neste artigo os autores analisam a participação terena na guerra, suas conseqüências nos processos de desterritorialização e reterritorialização do grupo e suas significações no âmbito do movimento etno-social pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti⁵, localizada na

⁴ Por tempos imemoriais os autores entendem aqueles períodos que não fazem parte da memória genealógica e histórica de um grupo. Entre os Terena mais idosos de Buriti, por exemplo, essa memória chega a uns 150 atrás, isto é, ao redor da década de 1850, abrangendo até três gerações anteriores.

⁵ A idéia de movimento etno-social ou étnico-social pela demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul está mais bem explicada no artigo de Pereira (2003). Apesar do autor tratar exclusivamente dos Kaiowá e Ñandeva em seu ensaio, o mesmo conceito pode ser extrapolado aos Terena e a outros povos indígenas que estão vivendo uma experiência histórica semelhante, seja no Brasil, seja em outros países latino-americanos.

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti região da Serra de Maracaju, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil⁶.



Figura 1: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com destaque para os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, onde está indicada a Terra Indígena Buriti.

⁶ A Serra de Maracaju é um divisor natural de bacias hidrográficas no estado: a oeste seus cursos d'água permanentes seguem para desaguar em rios da bacia do alto Paraguai; a leste eles correm em direção a rios que fazem parte da bacia do Paraná. Os córregos que cortam a Terra Indígena Buriti fazem parte da micro-bacia do Buriti, como é o caso dos córregos da Veada, Cafezal, Cedro e do Meio, que seguem rumo à planície de inundação do Pantanal, na bacia do alto Paraguai.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Os dados de campo que embasam a redação deste artigo originalmente fizeram parte de uma perícia judicial de natureza antropológica, histórica e arqueológica, realizada em fins de 2003. Trata-se de um estudo que foi produzido em atendimento a uma determinação da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, conforme especificado no Processo nº 2001.60.00.003866-3, da 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande. Posteriormente os trabalhos tiveram continuidade através de projetos de pesquisa que contam com financiamento da FUNDECT e do CNPq, e que ainda estão em andamento.

A perícia judicial foi elaborada pelos mesmos autores deste trabalho, os quais responderam a 92 quesitos sobre o histórico da ocupação indígena da área em litígio, cuja extensão compreende a 17.200 hectares (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003). Desse total 2.090 hectares já estão reconhecidos como terra indígena por parte do governo brasileiro, o que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930. O fato é que desde aquela época os Terena de Buriti estão reivindicando uma área maior, mais próxima do tamanho de seu território naquela região serrana. Hoje em dia essa reivindicação é para aumentar o tamanho da reserva indígena, de 2.090 para 17.200 hectares, ou seja, uma ampliação em 15.110 hectares.

Segundo dados levantados junto a órgãos governamentais como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), nos 2.090 hectares da reserva existiam em 2003 nove aldeias terena e a população era estimada em cerca de 3.000 indígenas. Já existia naquela época, portanto, um desequilíbrio entre o tamanho atual da reserva e o número de indígenas que ali residia. Esta situação tem ocasionado muitos problemas enfrentados pela comunidade de Buriti: aumento da migração para as cidades e para outras regiões do país, como para o estado de Mato Grosso, em busca de terra; intensificação de conflitos internos; falta de espaço para a ampliação das áreas de cultivo e até mesmo para a construção de novas moradias para os jovens recém casados; dentre outras.

Não obstante a essa situação, os estudos periciais comprovaram que a área reivindicada é de ocupação tradicional indígena e de fundamental importância para a reprodução física e cultural do grupo, em conformidade com o que estabelece o Artigo 231, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

No que diz respeito aos procedimentos teórico-metodológicos recorridos durante os trabalhos de campo, foram aplicadas técnicas e métodos conhecidos em etnologia, história e etnoarqueologia, associando a observação participante ao estudo de histórias de vida, ao registro genealógico e ao estudo das evidências arqueológicas encontradas. Os autores também fizeram uso extensivo da análise de fontes textuais primárias e de fontes bibliográficas, nas quais constam dados de valor etnohistórico e etnológico sobre a população terena. Ainda como parte desses procedimentos, para a pesquisa etnoarqueológica foram identificados os antigos assentamentos e cemitérios terena na área periciada, principalmente os que estiveram em atividade durante o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930. Esse é um período anterior à expropriação da terra pelos agentes ligados às frentes de expansão agropecuária, quer dizer, antes dos Terena terem sido expulsos de grande parte de seu território tradicional na Serra de Maracaju, inclusive com a participação de agentes do próprio órgão indigenista oficial, o antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), atual FUNAI.

No decorrer das pesquisas foram relacionados o modo de ocupação desses assentamentos com formas típicas da organização social terena. Dessa forma foi possível a realização de um trabalho interdisciplinar que proporcionou, no campo teórico e empírico, a aplicação concatenada de procedimentos metodológicos próprios da antropologia, da arqueologia e da história.

Sobre os Terena, em específico, sabe-se que eles constituem um grupo étnico descendente dos antigos Guaná-Chané (ou Guaná ou Chané) da bacia do rio Paraguai, regiões do Chaco e do Pantanal, cuja língua está filiada à família lingüística aruák, assim como também é o caso dos antigos Echoaladi (ou Chavarana), Laiana e Kinikinau. As fontes textuais que informam sobre as origens desse grupo étnico reúnem relatos de viajantes, missionários, militares e administradores que nos séculos XVIII e XIX mantiveram contatos com populações identificadas como sendo as ancestrais dos atuais Terena.

Para esse período histórico não se dispõe de muitos relatos etnograficamente seguros, pois muitas vezes as fontes textuais estão repletas de preconceitos e estereótipos que os sujeitos sociais que as produziram nutriam pela população indígena. Desde as últimas décadas do século XX, porém, passou a existir um esforço de muitos pesquisadores em fazer uma releitura desses documentos. Para isso eles passaram a aplicar métodos que



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

caracterizam a produção histórica e etnológica atual, analisando, por exemplo, as fontes textuais a partir da compreensão do pensamento e das preocupações de quem as produziram. O reconhecido estudo de Todorov (1998) e o interessante ensaio de Melià (1992) são dois exemplos bem sucedidos dessa nova possibilidade de estudo.

Um outro exemplo que se aproxima dessa tendência, embora não se enquadre totalmente nela, foi o trabalho que Cardoso de Oliveira (1976) realizou ao tentar recompor o que teria sido a organização social terena no passado, fazendo uso de fontes históricas e da observação etnográfica.

De um modo geral as fontes históricas informam que até fins do século XIX os Guaná-Chané estavam organizados e se distinguiam em vários grupos étnicos, a saber: Terena (ou Etelenóé), Echoaladi, Kinikinau e Laiana. Segundo Azanha (2004), ainda hoje os índios mais velhos reconhecem esses termos e, quando questionados, se distinguem em descendentes dos Laiana ou dos Kinikinau. Mas atualmente a maioria se reconhece como Terena, ainda que haja registros sobre o fenômeno do ressurgimento étnico entre indivíduos Kinikinau que vivem na aldeia São João, reserva indígena kadiwéu, no município de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul. A emergência de uma identidade terena abrangente a vários grupos étnicos da tradição Guaná-Chané já estava em andamento na época das pesquisas de campo de Altenfelder Silva (1949, 1976) e Cardoso de Oliveira (1968, 1976, 2002), realizadas entre as décadas de 1940 e 1960, respectivamente.

Após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança o contato dos grupos Guaná-Chané com as frentes de expansão econômica impôs a eles um acelerado processo de desterritorialização. Eles perderam os espaços nos quais radicavam suas aldeias de acordo com suas distintividades étnicas. A partir daí passaram a viver como famílias agregadas de fazendas que se instalaram na região, na condição por eles denominada de “cativoiro” e regionalmente conhecida como “camaradagem”⁷. Esta situação impôs a diluição dos signos de diferenciação étnica entre diferentes grupos Guaná-Chané, fazendo emergir a categoria englobante denominada terena.

⁷ Definindo essa condição como cativoiro, os Terena reconhecem a proximidade da situação em que viviam nas fazendas com aquela vivida pela população negra escravizada no Brasil. Não recebiam salários, eram proibidos de deixar as fazendas sem autorização dos proprietários e recebiam inclusive castigos físicos. “Camaradagem” era o sistema que vinculava o trabalhador ao patrão por meio da contração de dívidas pela compra de vestuário, alimentação e outros produtos. O “camarada de conta” só reconquistava a liberdade de poder deixar a propriedade a partir do momento em que saldasse a dívida contraída, o que dificilmente acontecia devido à baixa remuneração de sua mão-de-obra. Esta é uma situação de exploração do trabalho humano que lembra a servidão por dívidas na América Espanhola durante o período colonial.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

No período colonial, em especial do século XVI ao XVIII, muitos grupos Guaná-Chané estavam estabelecidos nas regiões chaquenha e pantaneira, denominada em terena de "Exiva", as quais incluíam partes dos atuais territórios do Brasil e Paraguai e talvez até da Bolívia (Bittencourt & Ladeira, 2000; Eremites de Oliveira & Pereira, 2003). No caso do Brasil, essa região abrangia, sobretudo, áreas que a partir do século XVIII foram denominadas pelos monçoeiros de Pantanal, em especial a porção meridional que vai da altura do município de Corumbá, na atual fronteira do Brasil com a Bolívia, até o rio Apa, na atual fronteira com o Paraguai (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003; Eremites de Oliveira, 2003, 2004).

A partir da segunda década do século XVIII, quando Portugal passou a expandir seus domínios em direção à região do Pantanal, com vistas à exploração de ouro nos rios Cuiabá e Coxipó e à posse da bacia do alto Paraguai, os Guaná-Chané mantiveram grandes aldeias nas proximidades de povoados e fortificações militares luso-brasileiros. A presença desses empreendimentos militares e, em seguida, de missionários, abriu na região novas possibilidades de alianças para os Terena. Até então era comum que essas aldeias mantivessem relações desse nível com populações chamadas genericamente de Mbayá-Guaikuru, das quais recebiam proteção em troca de gêneros alimentícios e outros produtos⁸. Essas aldeias não estavam isoladas entre si, mas ligadas por redes de relações sociais dentro de um amplo território.

Na segunda metade do século XIX havia aldeias kinikinau na localidade de Albuquerque, em Corumbá, região do Pantanal, onde também havia missões religiosas para fins de catequese e civilização. Exemplos disso são as missões de Nossa Senhora do Bom Conselho e Nossa Senhora da Misericórdia (Sganzerla, 1992; Peixoto & Schmitz, 1998; Schuch, 1998; Cristina da Silva, 2001).

Segundo Cristina da Silva (2001), um pouco antes do início da segunda metade do século XIX, entre os anos de 1844 e 1845, alguns Guaná-Chané, provavelmente Kinikinau, se deslocaram de Albuquerque para a capital da província, em Cuiabá. Naquela região organizaram um aldeamento na margem direita do rio homônimo, quase em frente ao Porto Geral, onde ainda existem pessoas que se identificam como descendentes dos antigos Guaná. Outras aldeias kinikinau, laiana e terena também existiam nas imediações do Presídio de Miranda, no sul da província, também na região do Pantanal.

⁸ A relação entre os antigos Guaná-Chané e os Mbayá-Guaikuru, atuais Kadiwéu, denominada em relatos da época colonial como uma espécie de vassalagem, em alusão à obrigação dos súditos em pagar tributos aos reis da Espanha, ainda não foi objeto de estudo aprofundado no campo da história indígena.



ISSN:1981-2434

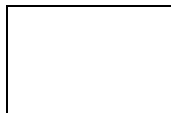
Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Em todos esses lugares grupos lingüisticamente aruák comercializavam, desde a segunda metade do século XVIII, alimentos diversos, tecidos, redes e outros produtos nos estabelecimentos oficiais da Colônia e depois do Império. Por vezes chegaram a estabelecer relações de aliança com os luso-brasileiros.

Constatou-se que em Mato Grande, na localidade de Albuquerque, na segunda metade do século XIX foi fundada a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, na qual padres capuchinhos realizaram trabalho de catequese entre os Kinikinau e entre famílias de outros grupos étnicos ali aldeados, a exemplo do Guató. Em 1864, com a iminência da invasão paraguaia ao sul de Mato Grosso, o frei Mariano de Bagnaia e algumas famílias indígenas deixaram a missão e se refugiaram na banda mais oriental do alto Paraguai, às margens do rio Miranda. Eles atravessaram o rio Paraguai, provavelmente nas imediações de Porto Esperança, localidade por onde Lévi-Strauss (1998) passou na década de 1930 em direção ao território kadiwéu, e buscaram refúgio em Miranda, região que segundo Schuch (1998) há muito era ocupada pelos Guaná-Chané. Na década de 1860 ali havia 10 aldeias Guaná-Chané, perfazendo um total de 4.000 pessoas, ao menos é isso o que foi registrado por Alfredo d’Escranoglle Taunay, principal cronista da guerra e um dos primeiros etnógrafos, por assim dizer, a descrever esses grupos étnicos lingüisticamente aruák.

Apesar do número apresentado por Taunay corresponder ao que ele havia observado na época, faz-se necessário registrar que o conceito de aldeia usado pelos Terena de Buriti tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território. Eles geralmente se referem à idéia de “aldeia” como o lugar ocupado por um ou mais “troncos familiares”. Muitas vezes indivíduos de um mesmo “tronco” se referem à área de seus antigos assentamentos como sendo uma “aldeia”. Em verdade todos os “troncos” sempre estiveram inseridos em uma rede de alianças que de fato constitui, aí sim, uma aldeia em seu sentido mais sociológico. Isso porque uma aldeia pressupõe autonomia em termos matrimonial, religiosa e política, dentre outras coisas, algo que é praticamente impossível de ocorrer dentro de um único “tronco”, haja vista o fato de ele não existir de maneira isolada em relação aos demais “troncos” estabelecidos na região.

Do ponto de vista da arqueologia, a área ocupada por um ou mais “troncos familiares”, chamada de “aldeia” pelos Terena de Buriti, assim vista a partir de uma visãoêmica sobre sua forma de organização sócio-espacial e política, pode ser interpretada como uma unidade de ocupação, ou seja, o espaço ocupado por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade. Cada antiga unidade familiar pode



ISSN:1981-2434

Jorge Eremitas de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

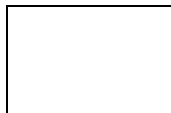
corresponder a um sítio arqueológico. Próximos a esses sítios foram encontrados cemitérios com signos cristãos, como cruzeiros feitos de aroeira (*Myracrodruon urudeuva*), indicando o lugar sagrado onde eles sepultavam seus parentes. Nos locais em que havia antigas habitações indígenas os autores chegaram a encontrar pinguelas e esteios de casas, também confeccionados de troncos de aroeira. Encontraram ainda tijolos maciços queimados usados na construção de fornos destinados à produção de farinha de mandioca (*Manihot* sp.), fragmentos de garrafas de vidro e outras evidências materiais da ocupação terena na área em litígio⁹.

Algumas dessas evidências atestam o contato que os Terena mantiveram com fazendeiros e oleiros que ali se estabeleceram nas primeiras décadas do século XX. Sem embargo a esta situação, todas as evidências materiais encontradas em campo possuem um sentido de cultura material tradicional para os indígenas de Buriti. Isto destoa, e muito, da tese equivocada de que o tradicional de que trata a Carta Magna do Brasil tem a ver, necessariamente, com o passado pré-colombiano ou com artefatos líticos e cerâmicos de tempos imemoriais. Definitivamente não é isso. O tradicional que consta no Artigo 231, § 1º, da Constituição Federal, é um conceito antropológico que diz respeito àquilo que as comunidades indígenas dão sentido de tradicional nos dias de hoje, visto que a cultura é dinâmica e se transforma no tempo e no espaço.

Feitas essas breves digressões de caráter explicativo, deve-se pontuar que os antigos Echoaladi, Kinikinau, Laiana e Terena, atuais Terena em Buriti e em outras aldeias próximas, como a Tereré, atuaram como atores históricos importantes na expansão e consolidação de um grande território à Coroa de Portugal e, posteriormente, ao Império do Brasil. Para Kalervo Oberg (1948) os antigos Guaná-Chané chegaram mesmo a manter uma espécie de relação de simbiose com o Exército Brasileiro, pois segundo consta em fontes históricas eles possuíam uma organização militar e clânica que teria favorecido a esse tipo de contato com a sociedade colonial e imperial. Se houve de fato uma organização assim, provavelmente ela estava mais restrita às grandes aldeias Guaná-Chané nas regiões do Chaco e do Pantanal, e menos às pequenas aldeias implantadas na Serra de Maracaju.

Existe uma tendência na historiografia sobre os Guaná-Chané de considerar a presença dos grupos étnicos no período colonial apenas no entorno dos empreendimentos

⁹ Pinguelas são troncos que serviam de ponte para a travessia de córregos na região de Buriti. Por terem sido feitas de troncos de aroeira, uma madeira muitíssima resistente às ações do meio ambiente, as pinguelas foram conservadas desde as primeiras décadas do século XX até a época da realização dos trabalhos de campo para a elaboração da perícia judicial.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

militares, missionários e núcleos de povoamento. A pesquisa realizada na região de Buriti permitiu concluir que além das grandes aldeias inseridas nos propósitos estratégicos do sistema colonial de ocupação da região, também existiram aldeias menores que logravam exercer uma existência politicamente mais independente. Essas aldeias menores tinham grande dispersão territorial, chegando a ocupar espaços nos contrafortes da Serra de Maracaju, onde está situada a Terra Indígena Buriti. Além disso, desde tempos imemoriais ainda existiu um significativo intercâmbio entre essas aldeias menores e as aldeias maiores situadas próximas aos empreendimentos coloniais. Um intercâmbio desse nível envolvia o fluxo de pessoas, bens, serviços e conhecimentos.

Com o advento da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, iniciada em fins de 1864, os Guaná-Chané passaram, como dito amiúde, por uma abrupta situação de mudança. A invasão paraguaia no sul da província de Mato Grosso forçou um processo de diáspora ou dispersão territorial de muitas famílias terena estabelecidas em aldeias na região de Miranda. Uma das rotas de fuga foi em direção da Serra de Maracaju, fato este também descrito por Taunay (1940:37): “Dentro em breve nos Morros se concentravam todos os dispersos da zona de Miranda. Em fins de 1865, ali se achavam em lugar seguro, onde o inimigo não se aventurava a aparecer”.

As relações mantidas entre a população Guaná-Chané das grandes aldeias, sediadas nas proximidades dos empreendimentos coloniais, e a das pequenas aldeias, dispersas pelo território, foram fundamentais na definição das rotas de fuga. Contando com aliados e parentes em aldeias situadas em pontos desconhecidos pelos invasores, a população das grandes aldeias pôde encontrar ali refúgio e alimentação até que as tropas paraguaias se retirassem ou fossem expulsadas do território. Este foi o caso da região dos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, na Serra de Maracaju. Naquela área existiam pequenos núcleos de população Guaná-Chané em período anterior à guerra. Com o advento do conflito bélico eles passam a receber sucessivas levas migratórias provenientes da região do Pantanal, cuja rota de fuga acompanhou os cursos d'água permanentes, como córregos da bacia do Buriti, que, como explicado antes, nascem na região serrana e deságuam em rios da planície pantaneira.

Segundo o próprio Taunay (1948:33) registrou, a região serrana de Maracaju funcionou como um “seguro refúgio à perseguição paraguaia”. As afirmações de Taunay foram corroboradas pelas narrativas dos Terena mais velhos, com os quais os autores



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

conviveram durante as pesquisas de campo e em alguns momentos posteriores¹⁰. Os registros genealógicos revelaram ainda que os Terena já estavam na Serra de Maracaju antes do início da guerra.

Naquela época alguns “troncos familiares” estavam assentados na região de Buriti e para lá foram somar outras famílias que subiram a serra durante a invasão paraguaia. Como dito antes, a ocupação terena em Buriti não decorreu da guerra. Antes dela, aliás, por volta da década de 1850, no mínimo, havia alguns “troncos” na região e para lá alguns de seus parentes e aliados de Miranda se deslocaram em busca de um lugar mais seguro para viver. Esta afirmativa está baseada na memória genealógica e contraria o que alguns antropólogos e historiadores supuseram ou afirmaram sobre as origens da aldeia Buriti, que, segundo eles, só teria sido constituída após o final do conflito bélico, a exemplo do que escreveram Cardoso de Oliveira (1976) e Vargas (2003). O equívoco desses pesquisadores consiste em não perceber que as fontes textuais se referem basicamente às grandes aldeias e aos aldeamentos criados por autoridades políticas ligadas ao governo brasileiro. Elas não tratam das aldeias menores, nem sequer levaram em conta as categorias nativas de “aldeia” e “tronco familiar”. Significa dizer que a memória e as narrativas indígenas foram desprezadas em detrimento de uma supervalorização das fontes textuais produzidas por viajantes, missionários, militares e administradores a serviço do governo brasileiro. De todo modo, os registros mais importantes sobre a participação indígena nesse conflito bélico platino seguem sendo aqueles produzidos por Taunay. Além disso, tem-se conhecimento que Vargas (2003) tenha revisto suas idéias em trabalhos divulgados posteriormente.

É consenso entre historiadores e antropólogos que a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança representou um profundo golpe para as formações sociais das populações Guaná-Chané. O principal transtorno provocado pela guerra foi a destruição das grandes aldeias e a conseqüente desterritorialização da maior parte da população que nelas vivia. Esta situação impôs sérias limitações à produção da vida material e ao exercício de formas de sociabilidade. Entretanto, os efeitos da guerra teriam sido mais traumáticos se os indígenas não pudessem contar, naquele momento, com o apoio que receberam da população das pequenas aldeias, transformadas em aldeias refúgios, principalmente para mulheres, crianças, velhos e doentes.

¹⁰ Atualmente os autores estão desenvolvendo um projeto de pesquisa para estudar as fronteiras territoriais entre os Kaiowá e os Terena.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Mas os Terena não apenas fugiram das tropas paraguaias. Eles também monitoraram os movimentos dos invasores e impuseram uma resistência armada às tropas de Solano Lopes. Essa resistência armada se deu porque os indígenas tiveram acesso às armas de fogo que os militares brasileiros deixaram em Miranda quando fugiram dos inimigos. Isso aconteceu logo nos primeiros momentos da guerra, em dezembro de 1864. No entanto, a principal participação terena foi ao apoio que deram às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados. Fundamental ainda foi o trabalho como guias, devido ao conhecimento detalhado da topografia do território e das possibilidades de aproveitamento dos recursos ambientais. Houve também o caso de alguns Echoaladi que foram capturados pelos paraguaios e obrigados a cavar trincheiras.

No dia 10 de março de 1866, por exemplo, nos contrafortes da Serra de Maracaju, o principal da antiga aldeia Pirainha, capitão José Pedro, que foi educado pelo frei Mariano de Bagnaia na missão religiosa instalada em Albuquerque, recebeu um grupo de militares brasileiros. Este fato foi assim relatado por Taunay:

“Depois de fartarem, por mais de uma hora, a curiosidade, que lhes causávamos, a um aceno do capitão [*José Pedro*] deixaram os índios a palhoça, em que nos recolhêramos. Pudemos, afinal, comer socegradamente uma galinha cozida com arroz, que em qualquer parte do mundo seria verdadeiro petisco.” (Taunay, 1940:13)

Há ainda que se fazer uma breve menção aos feitos do índio Pacalalá, sobre quem Taunay teceu grandes elogios pela capacidade de liderar seu povo em fuga para a Serra de Maracaju. Como se isso não bastasse, Pacalalá liderou vários combates travados pelos indígenas contra as tropas de Solano Lopes, sendo finalmente morto em um desses conflitos. Nas palavras de Taunay:

“Assim estava Pacalalá naturalmente indicado para assumir a chefia de sua gente numa emergência grave como a que decorreria da invasão paraguaia. E os acontecimentos justificaram plenamente a confiança depositada em sua inteligência, coragem e espírito de energia e decisão.” (Taunay, 1940:30)

Os relatos de Taunay serviram para transformar Pacalalá em um mártir indígena da resistência brasileira à invasão paraguaia ao sul da província de Mato Grosso, conforme se pode constatar no livro escrito por Bittencourt & Ladeira (2000). Este fato vem sendo ressignificado e divulgado no âmbito do movimento terena pela demarcação e ampliação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e em outros estados brasileiros.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Décadas atrás alguns anciões Terena chegaram a posar para um fotógrafo trajando velhos uniformes usados durante a guerra. Existe uma foto bastante conhecida e que já foi usada para ilustrar a capa do livro *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, escrito por Cláudio Alves de Vasconcelos (1999).



Figura 2: Anciões terena trajando velhos uniformes usados na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Fonte: Carvalho (1992:470).

A existência de “troncos familiares” radicados na região serrana de Maracaju proporcionou que esse local, protegido pelo relevo montanhoso, servisse estrategicamente como espaço de refúgio seguro para a população em fuga das grandes aldeias, atacadas pelas tropas paraguaias. Na pesquisa realizada em Buriti foi constatado que desde a década de 1850, pelo menos, havia alguns “troncos” que ali viviam e, embora mantivessem pouco contato com os representantes do sistema colonial¹¹, mantinham intercâmbio regular com a população Guaná-Chané aldeada.

¹¹ De certa forma as pequenas aldeias estavam “blindadas” com uma espécie de invisibilidade porque estavam fora dos objetivos coloniais. Os registros sobre elas só aparecem de maneira esporádica e fragmentária, quando, por exemplo, os comandantes dos destacamentos militares ou missionários registram as dificuldades em



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Do ponto de vista da organização social, os “troncos” da serra formavam extensas redes de aliança entre si, expandindo as relações sociais por um amplo território e envolvendo populações diferentemente situadas em relação ao sistema colonial. Essas redes envolviam segmentos da população que vivia nas grandes aldeias, com as quais mantinham um comércio esporádico, mas de importância fundamental, pois dele dependia o suprimento de bens industrializados, principalmente artefatos de metal. Também era comum contraírem relações matrimoniais e trocas comerciais com os Guaikuru. Nesse sentido, os diagramas de parentesco mostram que a presença de indivíduos “Guaikuru” (Kadiwéu), assim identificados pelos Terena, mesclados com a população de Buriti, está cronologicamente situada em meados do século XX, podendo ser mais antiga. Também nessa mesma data foi identificada a presença de indivíduos identificados como “Guarani”, os quais provavelmente são do grupo Kaiowá. Dessa maneira, as pequenas aldeias da serra, a despeito do aparente isolamento, estavam inseridas em redes de alianças multiétnicas. Essas redes possuíam nexos de natureza diversa e estavam vinculadas a vários grupos étnicos e aos empreendimentos coloniais.

Do ponto de vista da etnologia e da arqueologia, tais “troncos familiares” podem ser entendidos como unidades de ocupação, quer dizer, espaços ocupados por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade. O estabelecimento de cada antiga unidade familiar comumente corresponde a um sítio arqueológico, cuja implantação na paisagem está ligada a uma lógica particular do sistema de assentamentos do grupo, incluindo a ocorrência de cemitérios e locais de valor simbólico, a exemplo de morros e córregos, cada qual com um ser espiritual como seu respectivo “dono”¹².

Os dados levantados na pesquisa de campo ainda evidenciaram a importância da consideração das formas sociológicas e políticas que atuam na composição dos “troncos familiares” e das redes de alianças entre eles. Essa consideração se revelou fundamental para a compreensão dos processos de composição das aldeias e das formas de estabelecimento dos assentamentos, envolvendo o manejo dos recursos presentes no ambiente. É estranho como a importância dos “troncos” na organização social, na disposição dos assentamentos, nas formas de territorialização e no ordenamento da própria história terena, não tenha recebido nenhum tratamento especial na produção etnológica e

convencer a população dessas pequenas aldeias a ficarem aldeados nas missões ou nas proximidades dos fortes.

¹² Alguns sítios arqueológicos foram destruídos na região de Buriti. Isso foi feito com a intenção de destruir provas materiais da ocupação indígena tradicional na área objeto da perícia.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

histórica sobre essa população. É certo que o termo é às vezes mencionado, mas nenhum estudioso teve a preocupação de realizar sua descrição etnográfica, nem tampouco de procurar entender as implicações que ele tinha para a vida social do grupo.

Com o término da guerra, muitas famílias permaneceram na Serra de Maracaju, redefinindo as redes de alianças, uma vez que contraíram novos vínculos entre si e com as famílias que lá estavam estabelecidas antes delas. Posteriormente, em especial com o advento da República (1889), várias famílias passaram a enfrentar uma situação conhecida na historiografia e na literatura etnológica como “cativoiro” ou “camaradagem”.

Ainda nos primeiros momentos da República, o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território terena na Serra de Maracaju. Este, por sua vez, apoderando-se de vastas áreas e desconsiderando a legislação em vigor, sobretudo a Lei de Terras de 1850, conforme analisou Azanha (2001a), declarou-as como terras devolutas e depois as repassou a terceiros. Esses terceiros acabaram promovendo um processo de esbulho contra as comunidades indígenas, contanto inclusive com a participação de agentes do próprio SPI. Dessa situação teve origem grande parte da estrutura fundiária do atual estado de Mato Grosso do Sul. Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o SPI implementou uma política oficial de aldeamento, forçando os Terena a um processo de reterritorialização. O órgão reuniu em um mesmo espaço famílias terena oriundas de vários pontos da Serra de Maracaju, juntamente com aquelas que há muito estavam assentadas em Buriti. Com essa política ficou assegurada aos índios uma área de 2.090 hectares, havendo, porém, uma drástica redução do tamanho das terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena na região.

Os próprios registros feitos por funcionários do SPI dão conta que isso ocorreu devido ao processo de esbulho promovido com o apoio e participação de um funcionário do SPI, o chefe do Posto Indígena Buriti, Alexandre Honorato Rodrigues, e da própria “captura” da cidade Aquidauana, uma força policial conhecida pela perseguição a grupos de bandidos, como o bando dos Baianinhos¹³.

¹³ Os “bandidos” eram pessoas que viviam em posição contrária à lei e à ordem estabelecida pelos “coronéis” (lideranças políticas regionais) do antigo Mato Grosso. Na região serrana de Maracaju eles teriam saqueado fazendas de gado na década de 1930 e levado o terror e a violência a seus proprietários. Naquela época Mato Grosso era um estado marcado sob o signo da violência institucionalizada: “A violência institucionalizada na região resultou, portanto, de uma relação de causa e efeito com a existência de um *coronelismo* guerreiro, de *banditismo* e de um *povo armado*” (Corrêa, 1995:18-19). Mato Grosso era uma “*terra sem lei*, ou onde a única lei existente obedecia ao *artigo 44*, ou seja, a lei com *calibre 44*”, segundo Armando de Arruda Pereira teria dito em uma conferência proferida em 21 de maio de 1928, conforme citado na obra de Corrêa (1995:31).



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Este é um assunto que de tão polêmico que é já foi parar nos tribunais, pois envolve uma antiga reivindicação terena pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, de 2.090 para 17.200 hectares.

De acordo com a legislação brasileira em vigor, se essas terras forem reconhecidas como indígenas, como atesta o laudo antropológico elaborado em 2001 pelo órgão indigenista oficial (Azanha, 2001b), e a perícia realizada em 2003 para a Justiça Federal (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003), elas voltarão a ser propriedade da União. Uma decisão desse nível anulará os títulos dos atuais proprietários. Para não perderem suas terras os proprietários contestaram, na esfera da Justiça Federal, o laudo administrativo do Governo Federal e solicitaram uma perícia técnica para reavaliar os procedimentos de identificação que caracterizaram a área como terra indígena. Os estudos periciais confirmaram tratar-se de uma terra indígena, mas mesmo assim um juiz federal deu ganho de causa, em primeira instância, para os fazendeiros. O Ministério Público Federal e a FUNAI recorreram à instância superior no Tribunal Regional da Justiça Federal, em São Paulo, e lograram a reversão da decisão tomada em Mato Grosso do Sul. Tudo indica que a decisão final somente será definida no Supremo Tribunal Federal, instância máxima de decisão judicial no país.

Os terena de Buriti esperam que a decisão da justiça lhes seja favorável e que possam reaver suas terras. Alegam que já sofreram inúmeras atrocidades no processo de esbulho de seu território e que a área que ocupam atualmente é insuficiente para prover as necessidades básicas para a reprodução física e cultural da comunidade.

No segundo semestre de 2003, quando da realização dos estudos periciais, os autores deste artigo tiveram a oportunidade de discutir com as lideranças indígenas detalhes da situação sócio-histórica vivida pelo povo Terena na região de Buriti. Uma liderança de 85 anos de idade, quando inquirida sobre qual teria sido a recompensa que os Terena receberam por participarem da guerra, atuando ao lado do exército brasileiro e assegurando os atuais limites territoriais do Brasil, disse que eles receberam do governo imperial apenas três botinas por prestarem tão relevante trabalho ao país: “duas no pé e uma na bunda”. Esta é uma avaliação que remete à idéia de reciprocidade negativa: os Terena participaram da resistência contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso e no pós-guerra, contudo, eles receberam em contrapartida o espólio de suas terras. Por este motivo passaram a enfrentar um processo de desterritorialização diante das frentes de expansão econômica da sociedade nacional, seguido de um processo de reterritorialização em uma pequena parcela das terras de ocupação tradicional.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Nos dias atuais, aproveitando a maior abertura para o reconhecimento dos direitos indígenas assegurados na Constituição Federal de 1988, os Terena iniciaram o processo de retomada e disputa judicial pela posse de uma área maior de suas terras, buscando recuperar parte do território que ocupavam na época guerra e mesmo durante as primeiras décadas do século XX.

Os desdobramentos da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança ainda seguem marcando profundamente a história de muitos povos indígenas na região platina.

Referências Bibliográficas

ANAIS do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz. 2005. Londrina, Editorial Mídia / Associação Nacional de História. Cd-rom.

ALTENFELDER SILVA, F. 1949. Mudança cultural dos Terêna. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v.3.

ALTENFELDER SILVA, F. 1976. Religião terena. In SCHADEN, E. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp.268-276.

AZANHA, G. 2001a. *A Lei de Terra de 1850 e as terras dos índios...* Brasília, Centro do Trabalho Indigenista. (não publicado)

AZANHA, G. 2001b. Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti. In *Processo FUNAI/BSB/0465/93*. Brasília, FUNAI. (não publicado)

AZANHA, G. 2004. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. (não publicado)

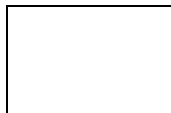
BITTENCOURT, C. M. & LADEIRA, M. E. 2000. *A história do povo terena*. Brasília, MEC.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1968. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2002. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília, EdUnB.

CORRÊA, V. B. 1995. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande, UFMS.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

CRISTINA DA SILVA, V. 2001. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá, UFMT.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003. Origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *Pós-História*, Assis, 11:159-184.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2004. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande, Oeste.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2003. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande. (não publicado)

LÉVI-STRAUSS, C. 1998. *Tristes trópicos*. Trad. de R. F. d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras.

MELIÀ, B. 1992. El encobrimiento de América. *Acción*, Asunción, 102:37-41.

MELIÀ, B. 2004. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. *Tellus*, Campo Grande, 4(6):151-162.

OBERG, K. 1948. Terena social organization and law. *American Anthropologist*, Menasha, 50(2):283-291.

PEIXOTO, J. L. dos S. & SCHMITZ, P. I. 1998. A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, Pantanal, Mato Grosso do Sul. *Pesquisas* (Série História), São Leopoldo, 30:133-155.

PEREIRA, L. M. 2003. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Tellus*, Campo Grande, 3(4):137-145.

SCHUCH, M. E. J. 1998. Missões capuchinhas entre os Guaná sul-mato-grossenses. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 30:89-131.

SGANZERLA, A. 1992. *A história do frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal*. Campo Grande, EdFUCMT.

TAUNAY, A. d'E. 1940. *Entre nossos índios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*. São Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, pp.19-20.

TODOROV, T. 1996. *A Conquista da América: a questão do outro*. Trad. de B. P. Moisés. São Paulo, Martins Fontes.

VARGAS, V. L. F. 2003. *A construção do território terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, UFMS.

VASCONCELOS, C. A. 1999. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, UFMS.



ISSN:1981-2434

Jorge Eremites de Oliveira & Levi Marques Pereira – “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti

Artigo recebido em: 30/04/07.

Artigo aprovado em: 19/06/07.